

# О ДІАБЕІТО АСНАДО ИА ЯЦА V. B

ІТАРОЦЌДО  
САЇТІСА АО ДІАБЕІТО  
Д СОРЦІІСАЌДО  
Е Д ІНФОЯТАЌДО



ОАГАІІЗАДОАЕС

JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR

MICHAEL CÉSAR RAMOS

ELEI CRISTINA GERALDES

FERNANDO OLIVEIRA RAUANO

JANARA SOUZA

HELGA MARTINS DE RAUANO

TALITA TATIANA DIAS RAMOS

VANESSA NEGRAINI

# **O DIREITO ACHADO NA JACA**

**VOLUME B**

**INTRODUÇÃO CRÍTICA AO DIREITO À  
COMUNICAÇÃO E À INFORMAÇÃO**

**ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS**

**JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR • MARILIO CÉSAR RAMOS • ELLEN GERALDES • FERNANDO  
OLIVEIRA RAUICHO • JANAIA SOUZA • HELGA MARTINS DE RAUICHO • TALITA RAMOS •  
VANESSA NEGRAU**



# **О ДІЯЕІТО АСНАДО ИА ЯЦА V.В**

**ІНТЯРОЦЅДО СЯІТІСА АО ДІЯЕІТО Д  
СОПЦИІСАЅДО Е Д ІНФОЯПАЅДО**

# **O DIREITO ACNADO NA ЯЦА V.B**

## **ИТЯРОДЦЃО СЯЃТІСА АО ДІЯЕІТО Д СОРЦІСАЦЃО Е Д ІНФОРМАЦЃО**

### **ОРГАНИЗАДОРАС Е ОРГАНИЗАДОРАС**

José Geraldo de Sousa Júnior, Murilo César Ramos, Elen Cristina Geraldес, Fernando Oliveira Paulino, Janara Kalline Leal Lopes de Sousa, Helga Martins de Paula, Talita Tatiana Dias Rampin, Vanessa Negrini.

### **АЦТОРАС Е АЦТОРАС**

Alexandre Bernardino Costa, Ana Iris Nogueira Pacheco, Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire), Angélica Peixoto, Antonio Escrivão Filho, Bárbara Lima Vieira, Bia Barbosa, Boaventura de Sousa Santos, Claudia Paiva Carvalho, Cristiano Paixão, Daniel Vitor de Castro, Delcia Maria de Mattos Vidal, Dirlene Santos Barros, Eduardo Gonçalves Rocha, Elizabeth Machado Veloso, Flávio Castro, Francisco Rocha, Gabriel Medeiro Pessoa, Geraldo Miranda Pinto Neto, Gisela Aguiar Wanderley, Gustavo Azevedo, Helena Martins, Humberto Góes, Ísis Menezes Táboas, Jacques de Novion, Janny Carrasco Medina, José Carlos Moreira da Silva Filho, Karenina M. Cabral, Leonardo Luiz de Souza Rezio, Letícia Pereira, Ludmila Cerqueira Correia, Luísa Guimarães Lima, Luísa Martins Barroso Montenegro, Marcela D'Alessandro, Marcelo Barros da Cunha, Marcos Urupá, Milton Carlos Vilas Bôas, Mônica Tenaglia, Natália Oliveira Teles, Olívia Maria de Almeida, Neuza Meller, Patrícia Vilanova Becker, Pedro Andrade Caribé, Roberto Lyra Filho, Rosângela Piovesan, Rosane Freire Lacerda, Sílvia Alvarez, Solange I. Engelmann, Thaís Inácio, Valéria Castanho, Vanessa Galassi, Viviane Brochardt.



Copyright © 2016 by FAC-UnB

**Capas/Fotos** Humberto Góes  
**Diagramação** Vanessa Negrini  
**Revisão** Elton Bruno Barbosa Pinheiro  
**Ficha Catalográfica** Fernanda Alves Mignot (BCE-UnB)  
**Apoio** Daniel Souza Oliveira, Guilherme Aguiar, Luísa Montenegro, Natália Oliveira Teles, Neila Pereira de Almeida, Pedro Ivo, Priscila Augusta Morgado Pessoa, Ricardo Borges Oliveira, Rosa Helena Santos  
**Imagens nas fotos** Bárbara Amaral dos Santos, Guaia Monteiro Siqueira, Mel Bleil Gallo



**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB**  
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,  
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627  
E-mail: fac.livros@gmail.com

**DIRETOR**

Fernando Oliveira Paulino

**VICE-DIRETORA**

Liziane Guazina

**CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO**

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

**CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)**

César Bolaño (UFS), Círcia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

**CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)**

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

---

I61 Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação/  
organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.] – Brasília: FAC-  
UnB, 2016.  
455 p.: il.; 21x30cm.  
(Série o direito achado na rua, v.8)

ISBN 978-85-9-3078-06-4

1. Direito - Comunicação. 2. Liberdade de informação. 3.  
Comunicação de massa. 4. Direito Constitucional. 5. Direitos  
Humanos. I. Série. II. Sousa Jr., José Geraldo de.

CDU: 34:301

---

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UNB. Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	8
---------------------------	---

<b>PARTE I</b> .....	9
----------------------	---

Conceitos e categorias para compreensão do Direito Humano à Comunicação e à Informação sob a perspectiva do Direito Achado na Rua .....	9
---	---

Introdução Crítica ao Direito à Informação e à Comunicação na Perspectiva de “O Direito Achado na Rua”   <b>José Geraldo de Sousa Junior, Helga Maria Martins de Paula e Talita Tatiana Dias Rampin</b> .....	10
---	----

O Direito Humano à Comunicação e à Informação: em busca do tempo perdido   <b>Elen Gerales, Murilo César Ramos, Janara Sousa, Fernando Paulino, Vanessa Negrini, Luiza Montenegro e Natália Teles</b> .....	20
---	----

A Constituinte e a Reforma Universitária   <b>Roberto Lyra Filho (in memoriam)</b> .....	31
--	----

A Democracia difícil: é possível um novo contrato social?   <b>Boaventura de Sousa Santos</b> .....	44
---	----

Acesso à Justiça e a pedagogia dos vulneráveis   <b>Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire)</b> .....	69
---	----

Ciência, comunicação, relações de poder e pluralismo epistêmico   <b>Alexandre Bernardino Costa e Eduardo Gonçalves Rocha</b> .....	78
---	----

Comunicação como exercício da liberdade   <b>Antonio Escrivão Filho e Ísis Menezes Táboas</b> .....	88
---	----

<b>PARTE II</b> .....	98
-----------------------	----

Reflexões e trajetórias de luta pelo Direito Humano à Comunicação e à Informação .....	98
--	----

<b>MARCO LEGAL</b> .....	99
--------------------------	----

Sociedade da Informação, Direitos Humanos e Direito à Comunicação   <b>Marcos Urupá</b> .....	100
---	-----

As mudanças no marco regulatório das telecomunicações no Brasil   <b>Elizabeth Machado Veloso</b> .....	111
---	-----

Rádiodifusão comunitária: das barreiras do processo de outorga à criminalização da prestação irregular do serviço   <b>Gisela Aguiar Wanderley e Marcelo Barros da Cunha</b> .....	137
--	-----

A TV Brasil e o debate conceitual em torno do Artigo 223 da Constituição Federal de 1988   <b>Natália Oliveira Teles</b> .....	144
--	-----

Os direitos autorais como expressão de liberdade seletiva no audiovisual | **Pedro Andrade Caribé**  
..... 151

## **COMUNICAÇÃO E GOVERNO**..... 158

O discurso democrático entre governo e esfera pública digital: a construção do portal Dialoga Brasil | **Karenina M. Cabral e Francisco Rocha**..... 159

O Direito à Comunicação nos *sites* de rede social: análise das interações mútuas na página do Humaniza Redes no *Facebook* | **Leonardo Luiz de Souza Rezio** ..... 172

Os *sites* governamentais na era da transparência e da interatividade: um estudo de caso sobre o *site* do Senado | **Valéria Castanho** ..... 183

O acesso à cultura e o reconhecimento dos direitos culturais: experiência cubana | **Janny Carrasco Medina** ..... 192

## **DIREITO À INFORMAÇÃO**..... 204

Direito de informar: a participação do cidadão comum | **Delcia Maria de Mattos Vidal**..... 205

Jornalismo e Direitos Humanos: o papel do jornalista na concretização do acesso à informação | **Angélica Peixoto e Marcela D'Alessandro**..... 216

As verdades da e na gestão pública: uma leitura da lei de acesso à informação e da comissão nacional da verdade | **Dirlene Santos Barros e Mônica Tenaglia**..... 224

Direito à Verdade e Comissões da Verdade: direito de informação sobre graves violações de direitos humanos | **José Carlos Moreira da Silva Filho** ..... 235

Direito à informação sobre transgênicos e agrotóxicos | **Viviane Brochart**..... 252

## **COMUNICAÇÃO E MINORIAS** ..... 265

Educação Jurídica Popular e Direito à Comunicação e à Informação: experiências de loucura e cidadania | **Ludmila Cerqueira Correia e Olívia Maria de Almeida** ..... 266

TV Universitária e o direito à comunicação e à informação | **Neuza Meller e Flávio Castro**..... 280

Políticas públicas de comunicação e de cultura em uma perspectiva multicultural: desafios para a diversidade racial e étnica | **Luísa Martins Barroso Montenegro** ..... 297

Ciberfeminismo e o “Direito Achado na Rede”: o ciberespaço como plataforma de inteligência coletiva e enfrentamentos na luta feminista | **Patrícia Vilanova Becker** ..... 306

Rádiodifusão Sonora Comunitária em Terras Indígenas: os obstáculos da colonialidade na legislação de RadCom | **Rosane Freire Lacerda**..... 317

<b>COMUNICAÇÃO E GOLPE</b> .....	324
Mídia e a nova metodologia de golpe na América Latina: o caso de Honduras   <b>Sílvia Alvarez e Jacques de Novion</b> .....	325
Cultura, política e moral: as diversas faces da censura na ditadura militar brasileira   <b>Cristiano Paixão e Claudia Paiva Carvalho</b> .....	336
Comunicação e democracia: o impacto da cobertura televisiva nas manifestações de março no Brasil   <b>Vanessa Negrini, Elen Galdes e Janara Sousa</b> .....	349
<b>COMUNICAÇÃO ACHADA NA RUA</b> .....	365
O Interozes e a luta dos movimentos sociais pelo direito à comunicação   <b>Bia Barbosa e Helena Martins</b> .....	366
Histórico da comunicação popular e contra-hegemônica do MST   <b>Solange I. Engelmann e Ana Iris Nogueira Pacheco</b> .....	383
Entre Ocupar e Invadir: a disputa midiática sobre o Direito   <b>Geraldo Miranda Pinto Neto</b> .....	396
Resistência e Arte: o teatro do Movimento de Mulheres Camponesas   <b>Ísis Menezes Táboas, Leticia Pereira e Rosângela Piovesan</b> .....	415
Fotografia Achada na Rua: dialética e práxis sob o foco de uma câmera   <b>Daniel Vitor de Castro</b>	423
A relação entre a luta sindical e a pauta pela democratização da comunicação   <b>Vanessa Galassi</b>	434
<b>AS ORGANIZADORAS E OS ORGANIZADORES</b> .....	445
<b>AS AÇTORAS E OS AÇTORES</b> .....	446
<b>AS ILUSTRAÇÕES E AS FOTOGRAFIAS</b> .....	451



**PARTE II**

**TRAJETÓRIAS**

**REFLEXÕES**



**DE LUTA PELO DIREITO HUMANO  
A PARTICIPAÇÃO E A INFORMAÇÃO**



## Resistência e Arte: o teatro do Movimento de Mulheres Camponesas

Ísis Menezes Táboas  
Letícia Pereira  
Rosângela Piovesan

### Resumo

Através de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental, são descritos e analisados os processos de construção de duas peças de teatro apresentadas entre 2008 e 2009 pelo grupo teatral coordenado pelo Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina chamado *MMC: Resistência e Arte*. A utilização do teatro como instrumento político feminista para comunicação e expressão do Movimento promoveu conquistas na esfera política individual das mulheres que compuseram o grupo e avanços para a organicidade do Movimento de Mulheres Camponesas no estado, propagandeando as bandeiras políticas pelas quais luta e agregando novas integrantes, através da criação de empatia e identidade entre as artistas e o público durante as apresentações e nos debates posteriores aos espetáculos.

**Palavras-chave:** Comunicação. Teatro. Movimento de Mulheres Camponesas. Feminismo. O Direito Achado na Rua.

### Introdução

O público se demonstrava entusiasmado, surpreso, pois não esperavam que mulheres camponesas pudessem levar um debate tão importante como a agroecologia em forma de teatro. Perguntavam pra nós sobre a organização do grupo. (Suzamara de Arruda, 32 anos, Chapecó/SC)

Este trabalho apresenta a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Santa Catarina com o grupo *MMC: Resistência e Arte* que, entre 2008 e 2009, desenvolveu o teatro como forma de comunicação para propagandear suas bandeiras de luta e dialogar com a sociedade catarinense.

A metodologia utilizada foi observação participante de uma das autoras, análise documental e realização de quatro entrevistas semiestruturadas com as atrizes que compuseram o grupo no referido período, sendo duas jovens, uma dirigente do MMC e uma militante que está no Movimento há mais de quinze anos.

Duas peças de teatro são descritas e analisadas, a primeira peça intitulada *Da Luta se faz História* que contou histórias sobre os 25 anos de organização das mulheres camponesas de Santa Catarina e a segunda, *Histórias Agroecológicas, História de Mulheres Camponesas*, que abordou a agroecologia como parte do Projeto de Agricultura Camponesa.

### **O movimento de mulheres camponesas**

O Movimento de Mulheres Camponesas é, no Brasil, o maior movimento autônomo (formado exclusivamente por mulheres) de mulheres camponesas, estando organizado em 23 estados federativos, e possuindo militância em todas as regiões brasileiras. Além disso, possui estruturas organizativas de âmbito nacional, tais como o Escritório Nacional em Brasília/DF e a Secretaria Nacional em Passo Fundo/RS.

Seu legado histórico vem da década de 1980, no contexto de abertura democrática e consolidação do movimento feminista brasileiro, aproveitando a experiência formativa das Comunidades Eclesiais de Base e grupos de mulheres organizados pela Comissão Pastoral da Terra, originaram-se os movimentos sociais autônomos de mulheres rurais. Nesta época, como as organizações presentes e legitimadas pelo povo nas áreas rurais eram os sindicatos, as mulheres que se organizavam em movimentos sociais desenvolveram duas reivindicações centrais: a inclusão das mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social (salário maternidade, aposentadoria para mulher e vinculação dos benefícios previdenciários ao salário mínimo) (DEERE, 2004).

[...] em relação ao caso do Brasil é que as mulheres rurais, no começo da década de 1980, começaram a participar em número crescente de sindicatos rurais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nascente, bem como começaram a formar suas próprias organizações autônomas (MMC BRASIL, [2010a]).

Conforme o portal eletrônico do Movimento de Mulheres Camponesas, no ano de 1995 houve, em São Paulo, um encontro nacional em que participaram 17 estados e foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que reuniu mulheres de diversos movimentos autônomos estaduais e regionais, e de movimentos mistos (formado por mulheres e homens), tais como, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra, Pastoral da Juventude Rural, Movimento dos Atingidos pelas Barragens, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Movimento dos Pequenos Agricultores (MMC BRASIL, [2010b]).

Durante a Articulação Nacional foram realizadas mobilizações em acampamentos estaduais e nacional, reafirmando a luta das mulheres em dois eixos: gênero e classe. Paulatinamente, a organização de base e a formação de lideranças foram se fortalecendo e os movimentos de mulheres nos estados caminharam para a unificação dos movimentos autônomos, com o intuito de ter expressão e caráter nacional (MMC BRASIL, [2010b]).

O processo de articulação e formação de militantes e lideranças camponesas feministas foi intenso, culminando em um curso realizado em 2003, com 1400 mulheres de 14 estados federativos, com o objetivo de sistematizar os debates de cada estado e unificar os diversos movimentos autônomos de mulheres do país. Então, em 2004, ocorreu o primeiro congresso nacional do Movimento de Mulheres Camponesas.

Com a formação do MMC, as mulheres camponesas passam a ter um projeto político, um programa de atuação unificado e organizado em todo o país, passam a se construir como um ator social nacional, que através de suas ações empodera sujeitos, que invocam a autonomia de indivíduos e a sua capacidade de denunciar situações onde há excesso de poder acumulado e de lutar pela transferência desse poder (GALLARDO, 2008). Formam-se como um sujeito coletivo de direitos de âmbito nacional que luta pela abertura de espaços políticos para construções populares feministas e camponesas, espaços que permitam construir a dignidade humana através das formas de vida próprias das mulheres do campo.

O processo de construção do MMC foi a união e a afirmação de muitas histórias de luta que corriam em paralelo nos diferentes estados brasileiros, ressalta-se a importância de reconhecer o processo histórico dos movimentos autônomos estaduais que resultou na criação de um espaço político de âmbito nacional exclusivo para as mulheres do campo e no avanço do debate em temas como a saúde da mulher e o enfrentamento à violência doméstica e familiar. O estado de Santa Catarina é um dos estados que participa e protagoniza a construção dessa unificação nacional desde a década de 1980.

## O teatro como instrumento político feminista e camponês

Para o MMC o teatro conseguiu atingir grande público no campo e na cidade, divulgando com arte as ações, conquistas e lutas das mulheres camponesas. O teatro ajudou a fortalecer a ideia sobre a importância da missão do MMC, de continuar a luta pela libertação da mulher, pela construção de uma agricultura camponesa agroecológica pela transformação da sociedade. (Maria Helena Kischner, 64 anos, Tunápolis/SC)

O grupo de teatro *MMC: Resistência e Arte* foi criado em 2008, sua primeira composição contou com a participação de 21 mulheres, com idades entre 12 a 64 anos – coincidindo com a diversidade etária das militantes do Movimento de Mulheres Camponesas do estado.

Para a maioria das mulheres que compuseram o grupo, este foi o primeiro contato com o teatro. Durante as aulas, a partir da utilização de técnicas lúdicas e exercícios de interpretação e fala, as mulheres, gradativamente, foram desenvolvendo novas formas de comunicação e expressão e enfrentando um dos maiores desafios encontrados: o medo de falar em público. Assim relata a participante do grupo Maria Helena Kischner, de 64 anos, da cidade de Tunápolis: “O teatro contribuiu muito comigo. No aspecto de sentir-me realizada, valorizada. Melhorando a maneira de me comunicar e enfrentar com coragem as lutas do dia a dia. Pela arte consigo expressar meus sentimentos”.

Para além da esfera política individual de desenvolvimento de novas formas de expressão e de conquistas pessoais, como o enfrentamento ao medo de falar em público, identificam-se avanços para a organicidade do Movimento, como a possibilidade de propagandear as bandeiras políticas pelas quais o MMC luta e a de agregar novas integrantes através da criação de empatia e identidade entre as dramaturgas e o público durante as apresentações.

Conseguimos avançar nas formas de comunicação. Atingimos outros espaços como universidades, escolas, comunidades fazendo o debate sobre o MMC e sua missão, suas lutas, objetivos. Avançamos ainda no sentido de conseguir mais contatos para articular o movimento, mostrar que é possível fazer lutas, mobilizações e também cultura. (Rozani Aparecida Schiavini, 43 anos, Itá/SC)

Em 2008, a primeira peça, intitulada *Da luta se faz história*, foi elaborada e apresentada pelo grupo teatral em várias regiões do estado, nos municípios de Chapecó, São Miguel do Oeste, Tunápolis, Lages, Frei Rogério, Itapiranga, Xaxim, Nova Itaberaba e Descanso. Esta peça de teatro foi uma das formas que o movimento encontrou de comemorar e divulgar a história de 25 anos de organização das mulheres camponesas do estado de Santa Catarina aos diferentes setores da sociedade, inclusive às jovens militantes do Movimento. Conforme relatou Fernanda Sebben, com 19 anos, de São Miguel do Oeste/SC: “Pude conhecer mais o movimento, a história das mulheres, também mostrou a nossa luta pela nova sociedade”.

Partindo de narrativas e experiências reais, foi apresentado o conteúdo político da peça que se referia à esfera pública, à dimensão coletiva da luta das mulheres organizadas do MMC-SC. Muitas das cenas são depoimentos, lembranças das militantes do Movimento e fatos que marcaram a história de lutas e conquistas de direitos para as mulheres camponesas.

Assim, foram apresentados elementos históricos que antecederam a criação do Movimento e marcaram a situação de repressão e exploração de camponesas e camponeses do estado no início do século XX, foram trazidas à cena: a Guerra de Contestado, a expulsão da população do campo em nome do “progresso” e a história de grandes empresas norte americanas que se instalaram na região para a construção de ferrovias.

A contextualização política histórica, contribuiu para evidenciar a relação das lutas por direitos, pela terra e pela vida de mulheres camponesas que antecederam a criação da organicidade do MMC. Essa articulação entre tempos históricos distintos é uma das características do teatro épico, utilizado nesta peça para possibilitar a realização de uma crítica à dinâmica destrutiva da lógica de progresso da classe dominante para as mulheres camponesas.

Outro elemento central na peça *Da luta se faz história* foi a apresentação do patriarcado nas esferas doméstica e pública. O patriarcado foi retratado como um sistema de submissão, no qual a mulher se apresenta constantemente como propriedade de homens, quando casada, é considerada mero objeto pertencente ao marido, exemplificou-se tal relação a partir da crítica à usual expressão: “a mulher do Seu Severino”.

A reificação feminina nas relações conjugais foi relacionada com a histórica negação do direito das mulheres camponesas a ter seus próprios documentos pessoais e esta, por sua vez, com o não reconhecimento da profissão de agricultora e a invisibilização do trabalho das mulheres do campo. Assim, através de uma articulação entre patriarcado e capitalismo, foi encenada a construção cultural que nega a condição de sujeito às mulheres camponesas.

Após apresentar as estruturas que oprimem as mulheres camponesas e os direitos que lhes foram/são negados, a peça trouxe os elementos da formação e organização das mulheres agricultoras enquanto coletivo. A escolha por apresentar a construção do Movimento após os elementos sócio históricos opressores evidencia a preocupação em ratificar o processo histórico em que a emergência do MMC como um sujeito coletivo com capacidade instituinte de direitos funda-se no combate à negação da dignidade, da identidade e dos direitos humanos das mulheres camponesas, que gera organização e luta, conforme formulação do professor José Geraldo de Sousa Júnior (2011) sobre a relação que se estabelece entre o direito e os movimentos sociais.

Em 2009, o Grupo *MMC: Resistência e Arte* elaborou sua segunda peça teatral, intitulada *Histórias Agroecológicas, Histórias de Mulheres Camponesas*. Dessa atividade ressaltam-se dois elementos: a) a escolha do mote da peça, que ratifica a relevância da produção de alimentos saudáveis, tema de interesse das agricultoras camponesas e, também, das/dos consumidoras/es urbanas/os; b) e a definição do público-alvo como a população que vive nas cidades e não participa das atividades rotineiras do Movimento, assim, a peça foi apresentada em universidades e escolas das zonas urbanas dos municípios de Chapecó, Itá, São Joaquim, Florianópolis, Palmeira e Urussanga.

O objetivo central dessa atividade foi propagandar a Agroecologia, bandeira de luta central no Projeto de Agricultura Camponesa do Movimento, que questiona e enfrenta o modelo químico agrícola e alimentar, que busca impor o consumo e a produção de alimentos com altos índices de conservantes, corantes e aditivos químicos.

O tema da agroecologia aborda a produção de alimentos, a saúde da população e a geração de renda para as famílias camponesas, especialmente para as mulheres que, em diversos casos, alcançam sua autonomia financeira através da produção agroecológica em suas unidades de produção.



A peça se caracteriza por cenas breves e pela utilização de diferentes técnicas e linguagens teatrais. Algumas cenas trazem músicas populares e do próprio Movimento, outras representam programas de rádios e há, também, momentos mais sóbrios com denúncias que deveriam chegar às autoridades estatais.

Uma das cenas apresenta um debate entre uma agrônoma, um secretário de agricultura e uma liderança do MMC, em que se evidenciam as contradições do modelo agrícola proposto a partir de transgênicos, agrotóxicos e monocultivos. A encenação reproduz um programa de rádio, espaço familiar para algumas dramaturgas, pois em muitos municípios de Santa Catarina o MMC coordena programas nas rádios locais.

A peça ratifica sínteses do Movimento sobre produção e consumo de alimentos saudáveis, e sobre a importância da organização popular para transformação da sociedade. Nesta segunda peça, percebe-se um processo de amadurecimento do coletivo, no sentido de identificar o uso do teatro como instrumento para diálogo com a sociedade e para propagandear bandeiras de luta.

Rozani Aparecida Schiavini, de Itá/SC, com 43 anos, nos explica que, nos debates que ocorriam após as encenações, o público demonstrava empatia e identidade com cenas que retratavam as lutas camponesas diárias: “ver as cenas lembrando muitos momentos de enfrentamento as questões de violência, direitos, política agrícola e outros os fazia sentir-se mais próximos a esta história”. Ela também afirma que a peça provocava a curiosidade do público sobre o projeto político que o MMC constrói: “tinha também os questionamentos de nossas lutas centrais, nossos desafios e para isso cada integrante da peça sentia se podia responder ou não”.

### **Considerações finais**

A reação geralmente já era percebida em cena. Muitas pessoas em suas falas no debate diziam ter sido tocadas profundamente [...] Muitas colocações vinham no sentido de parabenizar a nossa coragem de enfrentar o palco, de ser artista e camponesa ao mesmo tempo. [...] Não percebi nenhuma expressão negativa que desmotivasse o grupo a seguir em frente. (Rozani Aparecida Schiavini, 43 anos, Itá/SC)

Utilizar o teatro como instrumento político feminista possibilitou uma dupla conquista para o MMC de Santa Catarina, a primeira delas é perceptível na esfera política individual das mulheres que compuseram o grupo, pois através das aulas de teatro, dos exercícios da dramaturgia e das atividades lúdicas propostas no decorrer da construção das peças teatrais, elas desenvolveram novas formas de se expressar, enfrentando o medo de falar em público, de se posicionar e de expor seus sentimentos, aumentando a autoestima e a sensação de realização e valorização individual.

A segunda conquista identificada são avanços para a organicidade do Movimento com a possibilidade de propagandear as bandeiras políticas pelas quais o MMC luta e a de agregar novas integrantes através da criação de empatia e identidade entre as dramaturgas e o público durante as apresentações e nos debates posteriores à peça.

## Referências

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 25 nov. 2016.

GALLARDO, Helio. **Teoría crítica: matriz y posibilidad de derechos humanos**. Murcia: David Sánchez Rubio editor, 2008.

MMC BRASIL. Movimento de Mulheres Camponesas. Desenvolvido por MDA Comunicação Integrada, [2010a]. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Movimento de Mulheres Camponesas. A afirmação de muitas histórias. Desenvolvido por MDA Comunicação Integrada, [2010b]. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o direito achado na rua**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2011.

 **O DIREITO  
ACHADO NA RUA**

**LAPCOM**  
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO



A Mídia  
Golpista  
mata todo  
DIA!

